



3830 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPED (2018)
GT26 - Educação do Campo

A GESTÃO DAS CLASSES MULTISSERIADAS DO CAMPO: a invisibilidade e a heterogeneidade nas políticas municipais
Rosa Amélia de Queiroz - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Maria do Socorro Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Este artigo traz apontamentos da pesquisa em andamento, intitulada a Gestão das Classes Multisseriadas do Campo na Política Educacional Municipal que objetiva compreender como se organiza essa gestão. A pesquisa está na fase inicial de revisão de literatura e aponta a escassez de estudos fortalecendo as perspectivas: a da invisibilidade e a do preconceito. Começamos identificar a diversidade contextual, e estratégias dessas classes para permanecer e assegurar a escolarização do campo.

A GESTÃO DAS CLASSES MULTISSERIADAS DO CAMPO: a invisibilidade e a heterogeneidade nas políticas municipais

RESUMO: Este artigo traz apontamentos da pesquisa em andamento, cuja temática é a gestão das classes multisseriadas do campo na política educacional municipal que objetiva compreender como se organiza essa gestão. A pesquisa está na fase inicial de revisão de literatura e já aponta a escassez de estudos fortalecendo duas perspectivas: a invisibilidade e a do preconceito. Começamos identificar a diversidade contextual, e estratégias dessas classes para permanecer e assegurar a escolarização do campo.

Palavras-Chaves: classes multisseriadas. Educação do Campo. Gestão educacional.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é de socializar a fase inicial da pesquisa sobre a Gestão das Classes Multisseriadas nas políticas educacionais, que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Campina Grande.

A motivação para este estudo se origina de uma dimensão teórica e prática, da inserção no sistema de ensino do município como professora, inclusive atuando com esta organização escolar, e nos estudos realizados durante o 18º Curso de Especialização em Educação: Práticas e Processos, Educativos, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG) – PB, cuja temática de estudo sobre o Processo de Mediação em Situações de Produção Escrita em Turmas Multisseriadas, o qual apresentamos os resultados deste no V Seminário Nacional Sobre Ensino de Língua Materna e Estrangeira e de Literatura – (SELIMEL) no qual socializamos as estratégias utilizadas pela professora pesquisada para mediar as atividades de produção escrita em uma escola multisseriada.

Este estudo suscitou várias reflexões acerca das precariedades em que se encontram as escolas multisseriadas, desde a estrutura física ao atendimento pedagógico. Mas, também nos direcionou para perceber a desenvoltura do trabalho dos atores (alunos/as, professora e merendeira), que neste caso específico ajudou a combater no município alguns estereótipos que culturalmente se construiu acerca dessas escolas, revelados através das imagens negativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2013 existiam no Brasil 88.261 classes com esta configuração. (INEP, 2013). Apesar de ser historicamente a configuração escolar preponderante nos espaços rurais, ela sempre padeceu da invisibilidade.

Pensar a gestão da escola democrática significa romper com os modelos hierárquico e unipessoal da direção escolar buscando alternativas para uma gestão na perspectiva colegiada, ou seja, mediada por meio dos mecanismos de participação coletiva.

De acordo com Paro (2007) a natureza do trabalho que se desenvolve numa instituição educativa está a exigir formas cooperativas de organização do trabalho e da autoridade na escola, por meio de uma gestão com maior força diante do Estado e maior legitimidade diante da comunidade educativa.

Segundo Piza e Sena (2001, p. 13) as escolas multisseriadas são, historicamente, consideradas como de segunda categoria e, o que é pior, sem alternativa de melhoria; por isso, os educadores e os gestores optaram por esquecê-las, esperando que desapareçam como consequência natural do processo de desenvolvimento das sociedades. Porém, o desaparecimento natural de qualquer instituição não existe na história, assim, nas últimas décadas, ações de nucleação das escolas para as sedes dos municípios e o fechamento das escolas apresenta-se como as estratégias fundamentais para lidar com a realidade desta organização escolar.

A legislação da educacional brasileira nos oferece referencial legal para a implementação de políticas públicas que atendam as especificidades da vida no contexto rural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), em seus Art. 28 e o 23, estabelece que os sistemas de ensino devam promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, e, indica a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos/as alunos/as frente às especificidades do ciclo agrícola, das condições climáticas e do trabalho no campo.

A respeito da gestão educacional, precisamente, no seu artigo 14, a LDBEN traz a seguinte determinação:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em consonância com esses princípios, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo instituídas pela Resolução CNE/CEB Nº 01/2002 oportunizam a elaboração de políticas públicas que afirmem a diversidade cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia presente no campo e, para tanto determina que:

O projeto institucional das escolas do campo (...) garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Na perspectiva da garantia e da efetivação desse tipo gestão a Resolução CNE/CEB Nº 01/2002 em seu artigo 11 expressa que:

Os mecanismos de gestão democrática, (...) contribuirão diretamente:

- I - para a consolidação da autonomia da escola e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível a população do campo viver com dignidade;
- II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

É nesse contexto que se torna pertinente refletirmos acerca da gestão das classes multisseriadas, pois, de acordo com as leis vigentes, os educandos do campo têm direito a uma educação básica de qualidade, porém, são inúmeras diferenças que há entre as escolas que funcionam com classes multisseriadas e com seriadas, visto que se disseminou uma cultura de inferiorização dos camponeses a ponto os alunos do setor urbano se sentirem diminuídos ao dividir a sala com alunos de diversas séries e idades, dividir o quadro e a atenção do docente entre diferentes conteúdos, estes são alguns dos fatores que comprovam que campo e cidade não gozam dos mesmos direitos. Porém vale ressaltar que,

"No meio rural os sujeitos se ressentem do apoio que as secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam dispensar às escolas, sentindo-se discriminados em relação às escolas a cidade, que assumem prioridade em relação ao acompanhamento pedagógico e formação dos docentes. Os gestores públicos justificam a ausência do acompanhamento pela falta de estrutura e pessoal suficiente para realizar essa ação". (HAGE, 2006, p. 04)

Observa-se a discrepância entre a letra da lei, o que permeia a organização e como acontece a Gestão Educacional das Classes Multisseriadas, apesar destas serem a forma que tem materializado a oportunidade das populações do campo terem acesso à educação o que não se esperava era o fato dessas escolas ficarem ao relento sem uma política própria para esse tipo de organização.

METODOLOGIA

A abordagem dialética, numa perspectiva do materialismo histórico Frigotto (2000), orientou os passos metodológicos para uma aproximação com o objeto de estudo.

Nessa perspectiva, buscaremos descobrir aspectos singulares e significativos do nosso objeto de estudo, tentando não reafirmar, apenas, o óbvio mas, assumindo uma postura crítica a partir das reflexões sobre os dados. Assim, instauramos um olhar criterioso, pois, conforme Bagdam e Biken (1991, p. 49): "a investigação qualitativa exige que o mundo seja exatamente com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo".

A revisão da literatura no momento da pesquisa se coloca como um procedimento importante para o levantamento bibliográfico e documental acerca da temática, bem como um recorte espacial para pesquisa de campo da pesquisa.

No momento estamos realizando um levantamento e análise sobre os documentos que tratam da política educacional, e especificamente, o marco normativo da Educação do Campo, no que se refere a Gestão Educacional.

Os dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas, as quais serão gravadas e transcritas integralmente visando o desvelamento de pontos importantes do nosso objeto de estudo a partir de questões norteadoras, e, análise documental que constitui a política municipal no que se refere a organização das classes multisseriadas no campo.

Segundo Contandriopoulou et al. (1997) a entrevista semiestruturada se apresenta sob a forma de um roteiro preliminar de perguntas que se molda à situação concreta de entrevista, pois o entrevistador tem liberdade de acrescentar novas perguntas a esse roteiro.

Para a análise de dados, utilizaremos a técnica da análise de conteúdo, uma técnica de pesquisa que se situa num delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem. (FRANCO, 1986).

A unidade de registro é o "tema", que, segundo Franco (1986), é uma afirmação sobre determinado assunto, podendo ser uma simples sentença (sujeito e predicado) ou um conjunto delas ou mesmo um parágrafo. De acordo com essa autora, o tema é a unidade de registro, mais útil em análise de conteúdo, no que diz respeito a pesquisa com: propaganda, valores, crenças, atitudes e opiniões.

Inferimos que ao analisarmos essa unidade tendo como base o discurso dos sujeitos (professores/ras; coordenadores/as; diretor/a geral das Escolas do campo que funcionam com Classes Multisseriadas e o secretário/a de educação do município) de pesquisa teremos condições de compreender com mais objetividade as Configurações da Gestão Educacional das escolas do campo.

RESULTADOS

No procedimento de revisão de literatura com a finalidade de uma maior aproximação com o objeto da investigação, identificamos que o Movimento da Educação do Campo, que se constitui no Brasil, nos últimos 20 anos, colocou na agenda da política educacional direitos antes negados, contextos estereotipados e práticas educativas invisibilizadas por uma perspectiva urbanocêntrica que orientou as políticas educacionais desde a década de 1940 no Brasil.

A luta por um marco normativo específico da Educação do Campo, que afirme o direito da população rural a uma organização

escolar, que considere a diversidade dos contextos, dos sujeitos e dos espaços escolares nos quais as práticas de gestão participativa e democrática.

O próprio conteúdo dos documentos mostra que a conquista deste marco normativo representa do ponto de vista da política educacional um sinal da luta pela democratização, por ter como protagonistas fundamentais as reivindicações dos sujeitos do campo, organizados em diferentes movimentos sociais e sindicais.

Essas características dos sujeitos e dos contextos, bem como a luta pela construção de políticas públicas, geram uma contra hegemonia na forma como vem sendo tratada historicamente as escolas do Campo, e consequentemente, a especificidade de sua gestão.

CONSIDERAÇÕES

Discutir a organização das classes multisseriadas num contexto que muitos gestores públicos, entendem que a mesma estaria inevitavelmente condenada ao desaparecimento, em nome da modernização e dos indicadores de desempenho da educação, parece ser de fundamental importância, numa perspectiva de que somente recentemente se começou a pensar na especificidade deste tipo de organização escolar, no direito dos sujeitos camponeses à escolarização, e principalmente no papel que estas instituições exercem nas comunidades rurais.

Esta pesquisa tem a intencionalidade de compreender como as políticas educacionais materializam a gestão das escolas do campo, e especificamente das classes multisseriadas. Certamente, lutar contra o fechamento das escolas do campo, é a porta inicial para a democratização de assegurar o direito do acesso, da existência na comunidade, todavia, necessário se faz pensar a gestão desta escola, e a permanência dos sujeitos nela com sucesso.

Outra questão que sinaliza os primeiros estudos é que há uma heterogeneidade nos municípios, na forma de organizar a gestão das escolas, dimensão que iremos aprofundar com a continuidade da investigação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1991.
- BRASIL/PR **Lei 9394 de 20 /12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- BRASIL.CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **O que é Análise de Conteúdo**. São Paulo. EDUC, 1986, nº 7.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69-90.
- HAGE, Salomão Mufarry. **A Realidade das Escolas Multisseriadas Frente às Conquistas na Legislação Educacional**. In: **anais da 29ª reunião anual da ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromisso manifestos**. Caxambu: ANPED, 2006.
- MINAYO, Cecília de Sousa (org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, R.J. Vozes, 1994.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e qualidade do Ensino**. São Paulo, Ática, 2007.
- PIZA, F. F; SENA, L. B. (2001). PMG 3 **-Escola Ativa**. Salto para o Futuro. Disponível em [www.tvebrasil.com.br/saltoparaofuturo/boletim 2001](http://www.tvebrasil.com.br/saltoparaofuturo/boletim%202001). Consulta em 9/1/2018.
- RODRIGUES, Melânia. **Democratização da Gestão Educacional: embate de projetos**. In: Política Educacional desafio e tendências. Porto Alegre. Sulina, 2004.